

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.165 - RO (2018/0311141-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : L F IMPORTS LTDA
ADVOGADO : REJANE SARUHASHI E OUTRO(S) - RO001824
RECORRIDO : EDECLAUDIO DA SILVA ALBUQUERQUE
ADVOGADOS : JOSEMÁRIO SECCO - RO000724
ANDERSON BALLIN - RO005568

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO NCPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COMERCIANTE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL. RECONHECIMENTO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO QUE NÃO SE REVELA EXCESSIVO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

EDECLAUDIO DA SILVA ALBUQUERQUE (EDECLAUDIO) ajuizou ação indenizatória por danos materiais e morais contra L. F. IMPORTS LTDA. (COMERCIANTE), em virtude da falha na prestação de serviços, consistente na instalação de um "kit de alarme" que causou diversos problemas no veículo que adquirira recentemente. Aduziu que diversas foram as tentativas de solucionar o problema, contudo, sem êxito.

O pedidos foram julgados procedentes para condenar a ré a restituir ao autor a importância de R\$ 1.682,93 (mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e três centavos), despendidos para correção do problema apresentado, com juros de 1% e correção monetária desde a data do efetivo desembolso, e ainda a pagar ao autor a importância de R\$ 8 000.00 (oito mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (e-STJ, fls. 132/137).

Em seguida, a COMERCIANTE interpôs recurso de apelação, não provido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, em acórdão assim ementado:

Indenização por danos materiais e morais. Defeito na

prestação de serviços. Ocorrência de defeitos logo após a prestação dos serviços. Restituição devida dos danos materiais. Danos morais.

Ocorrência. Recurso não provido (e-STJ, fl. 173).

Os embargos de declaração opostos pela COMERCIANTE foram rejeitados (e-STJ, fls. 214/217).

Irresignada, a COMERCIANTE interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, a e c, da CF, sustentando violação dos arts. 489 e 1.022 do NCPC porque (1) o acórdão impugnado não se manifestou em relação aos argumentos apresentados no apelo da recorrente que poderiam infirmar a conclusão da decisão; infringência aos arts. 186 e 927, pois (2) inexistiu abalo à personalidade do autor, evidenciando o defeito apresentado no alarme do veículo um mero dissabor, pelo que deve ser afastada a condenação por dano moral; e (3) dissídio jurisprudencial, sustentando que o valor da indenização é excessivo e deve ser reduzido.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 256/265).

O apelo nobre foi admitido pelo TJRO (e-STJ, fl. 267).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da violação dos arts. 489 e 1.022 do NCPC

Não merece respaldo a assertiva de que o v. acórdão não teria se manifestado sobre os argumentos apresentados no apelo e que poderiam infirmar a conclusão da decisão, uma vez que o Tribunal de origem consignou, expressamente, no julgamento dos aclaratórios:

[...] o acórdão que manteve a sentença de primeiro grau minorando-se o dano moral arbitrado em primeiro grau e mantido pela decisão atacada.

A matéria foi amplamente discutida no acórdão e, ainda, os

embargos não se prestam para rediscussão do tema conforme pretende a embargante.

Note-se que a embargante fundamentou os motivos determinantes para a modificação do julgado nos acórdãos colacionados na decisão recorrida, no entanto, os julgadores entenderam não haver motivo para a redução do dano moral, em razão dos transtornos que a ora embargante ocasionou ao consumidor embargado, visto que ficou comprovado nos autos que o veículo foi levado por diversas vezes à concessionária, demonstrando que o apelado passou por uma perambulação para ver seu veículo novo com problema sanado.

Como se vê, o que pretende a embargante, em verdade, é a alteração do acórdão embargado mediante o reexame da tese recursal deduzida nas razões dos embargos com a formação de nova decisão acerca da controvérsia já apreciada e decidida por este colegiado.

Portanto, a decisão embargada é desprovida de defeito passível de supressão, tendo sido decidido meramente em contrário aos interesses da embargante. (e-STJ, fl. 217).

Dessa forma, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte.

Assim, constata-se que não há quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do NCPC.

Ademais, constata-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não se podendo falar em violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do NCPC, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

(2) Da caracterização do dano moral

Na hipótese vertente, o Tribunal manteve a sentença que condenou a recorrente ao pagamento da reparação por dano moral na quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) tecendo comentários que configuram o abalo moral de EDECLAUDIO, como se vê das razões abaixo:

No que tange o dano moral, para caracterização do dano, faz-se necessário que a ofensa tenha alguma grandeza e que esteja revestida de certa relevância e gravidade, de forma a extrapolar o dever de convivência social, imprescindível às

relações humanas. Os mínimos incômodos, inconvenientes ou desgostos devem ser suportados.

É preciso ter em mente que o dano moral, é aquele que atinge a esfera subjetiva do autor, é a forma com que o direito encontrou para compensar o abalo psicológico, a interferência malsã na sua vida social, pela tormenta a que o autor foi submetido e não para compensar os prejuízos materiais supostamente arcados pelo autor no decorrer no período em que ficou sem o seu veículo.

Assim, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, as características individuais do caso e ao conceito social das partes, bem como os precedentes desta Corte em casos semelhantes, tem-se que o valor de R\$ 8.000,00 fixados na sentença se mostra adequado aos parâmetros utilizados por esta Câmara Cível, no sentido de atender à função pedagógica e reparatória em relação à demanda a que este tipo de indenização se destina.

No mesmo sentido já decidiu esta Corte em casos semelhantes: Apelação cível. Ação de indenização por dano moral. Defeito em veículo automotor. Manutenção do quantum. Recurso não provido.

Atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, as características individuais do caso e ao conceito social das partes, bem como os precedentes desta Corte em casos semelhantes, tem-se que o valor fixado na sentença se mostra adequado aos parâmetros utilizados por esta Câmara Cível, no sentido de atender à função pedagógica e reparatória em relação à demanda a que este tipo de indenização se destina. (Apelação Cível n. 0014034-97.2014.822.0002, Rel. Juiz Carlos Augusto Teles de Negreiros, 2ª Câmara Cível, j. em 07/06/2017) Apelação cível. Ação de reparação. Preliminares de ilegitimidade passiva da fabricante e cerceamento de defesa afastadas. Sentença extra petita. Nulidade parcial. Compra de veículo novo. Defeito no ar- condicionado. Indenização por dano moral devida. Redução do quantum.

[...] É cabível indenização por dano moral, quando o defeito apresentado em veículo novo excede o razoável, obrigando o consumidor a retornar à concessionária por diversas vezes para reparo de defeitos.

Atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, as características individuais do caso e ao conceito social das partes, bem como os precedentes desta Corte em casos semelhantes, tem-se que o valor fixado na sentença encontra-se excessivo, devendo ser minorado para quantia razoável.

(Apelação, Processo nº 0020369-77.2010.822.0001, Tribunal

Superior Tribunal de Justiça

de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 12/05/2016) (e-STJ, fls. 177/179).

Havendo, desse modo, circunstância específica capaz de provocar abalo psicológico para além do mero aborrecimento, visto que, como dito acima, o adquirente comprou um veículo novo e quando houve a instalação do alarme começaram as tormentas que sobrepujaram as meras intercorrências da sua vida social, devendo EDECLAUDIO ser ressarcido pelo dano moral daí decorrente.

Rever o entendimento adotado na origem enseja o reexame do conteúdo fático da causa, o que encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 desta Corte.

A esse respeito, veja-se precedente.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. DANO MORAL CONFIGURADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Na hipótese dos autos, o col. Tribunal de origem, ao analisar o contexto fático-probatório acostado aos autos, concluiu presente o dano moral a ser indenizado, consignando que o aborrecimento causado pelo atraso na entrega do imóvel ultrapassou o transtorno cotidiano e atingiu a dignidade do consumidor, de acordo com a jurisprudência do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 760.801/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. DANO MORAL AFIRMADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

SÚMULA 7/STJ. 2. VALOR DA INDENIZAÇÃO. EXORBITÂNCIA NÃO VERIFICADA. REDUÇÃO DO QUANTUM. SÚMULA 7/STJ. 3. RECURSO IMPROVIDO.

1. Consoante asseverado na decisão agravada, as instâncias ordinárias concluíram, após minucioso exame dos elementos de convicção juntados aos autos, não apenas inexistir justificativa plausível para o atraso na obra, como também que as peculiaridades da causa atestavam o dano moral sofrido pela agravada, notadamente diante do longo tempo de

atraso e da ausência de indicação de prazo, pelas agravantes, para a entrega do imóvel. Sendo assim, infirmar a compreensão alcançada encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

[...].

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 780.379/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 10/11/2015, DJe 19/11/2015)

(3) Do quantum indenizatório

Na linha dos precedentes desta Corte, o valor fixado a título de compensação por danos morais somente pode ser modificado em grau de recurso especial quando manifestamente abusivo ou irrisório.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ACIDENTE DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. AFASTADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. SOLIDARIEDADE. CADEIA DE CONSUMO. INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DO CDC. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. REVISÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

3. A revisão dos valores fixados a título de indenização decorrente de danos morais, bem como a proporcionalidade da distribuição da sucumbência, somente é admitida no âmbito do recurso especial em situações excepcionais, em que a irrisoriedade ou o excesso é evidente, o que não é a hipótese dos autos.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 826.772/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 09/09/2016);

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o

Superior Tribunal de Justiça

afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar a reavaliação, em recurso especial, da verba indenizatória fixada.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 785.643/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 6/9/2016)

No caso dos autos, não se mostra exorbitante o *quantum* indenizatório fixado pelo Tribunal de origem em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Nessas condições, **CONHEÇO**, em parte, do recurso especial e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados contra L. F. IMPORTS LTDA., nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator